

Os diferentes padrões econômicos da Amazônia



Por **JOSÉ RAIMUNDO TRINDADE***

A verdadeira invenção da Amazônia não está na floresta homogênea, mas no mosaico de seis padrões econômicos que disputam o território, cada qual externalizando custos sociais e ambientais de forma distinta

Introdução

Para se pensar a Amazônia contemporânea temos que ter em mente como sua formação histórica se delineou, porém dificilmente, mesmo historicamente, poderemos pensar um espaço homogêneo que defina o referido conceito de Amazônia. Num momento em que a COP-30 possibilita uma ampla (re) descoberta da região, para aqui referenciar um dos importantes estudiosos da Amazônia, mas pouco conhecido nacionalmente, o professor Armando Mendes e seu trabalho *A invenção da Amazônia*, vale tentar estabelecer uma certa padronização econômica para o mosaico amazônico.

A história econômica amazônica recente se estabelece em torno de alguns eixos constituídos a partir de uma intervenção tríplice principalmente desde a década de 1960. Citá-las faz-se necessário para compreensão dos modelos econômicos que hoje definem a região.

Primeiramente a intervenção estatal mais geral que se faz desde meados dos anos 1950, nos referimos em particular a criação da SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia) e seu braço financeiro o BCB (Banco de crédito da Borracha), ainda no governo de Vargas (1952), sendo que a posterior transformação da SPVEA em SUDAM (Superintendência do desenvolvimento da Amazônia), do BCB em BASA (Banco da Amazônia S. A.) e a criação da SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), já no governo da ditadura militar-empresarial de 1964, são marcos deste processo de conformação da Amazônia contemporânea.[\[i\]](#)

O segundo senhor interveniente da conformação desta realidade refere-se o capital transnacional e nacional, ambos impondo, a sua maneira excludente e concentradora de riquezas, o formato como se observa o atual “mosaico amazônico”.

O terceiro ator refere-se aos milhares de pequenos atores que se estabelecem nas frentes migratórias de formação dos grandes territórios estaduais amazônicos.

Este artigo busca conformar um mosaico amazônico, estabelecendo diferentes padrões de desenvolvimento econômico e como estes processos integram a contemporaneidade regional.

Características gerais da população urbana amazônica

A Região Norte, Amazônia no sentido restrito,[\[ii\]](#) abrange uma área de aproximadamente 5 milhões de Km², o que representa quase 46% do território brasileiro. Sobre os números populacionais, a região detém, segundo o Censo de 2022,

a terra é redonda

aproximadamente 17 milhões de pessoas. A densidade demográfica regional é de 4,51 hab/Km², bem distante da densidade nacional que atinge 23,8 hab/Km², demarcando claramente a condição ainda considerável de uma região que está na fronteira de expansão econômica brasileira e apresenta importantes áreas não habitadas, sendo que o Pará e Rondônia são as duas unidades com maior densidade.

Aspecto a ser ressaltado e melhor tratado refere-se as alterações das concentrações urbanas na Amazônia nas últimas duas décadas. Na tabela seguinte organizamos os dados populacionais segundo faixas de tamanho das municipalidades localizadas nos sete estados da Região Norte.

Três observações são importantes: (i) observa-se crescimento populacional regional superior ao nacional, mesmo que relativamente pequeno (0,82%); (ii) as faixas de municípios médios (100 a 500 mil) são os que efetivamente se mantêm o crescimento populacional, inclusive observando-se o crescimento absoluto de municipalidades nas referidas faixas, sendo que 2010 tínhamos vinte (20) municípios entre 100 e 500 mil habitantes, em 2022, passamos a ter vinte e seis (26); (iii) observa-se, especificamente, um crescimento maior na faixa entre 250 e 500 mil habitantes, compondo o que denominaríamos de centros regionais de integração, assim a taxa de crescimento geométrico nesta faixa foi de 3,78%.

População e números de Municipalidades na Região Norte, segundo classes de tamanho (2010/2022)

Classes de Tamanho (Hab.)	2010			2022			Taxas anuais de crescimento Populacional
	População	Nº de Municípios	% da Pop Total	População	Nº de Municípios	% da Pop Total	
< 20 Mil	2.428.378	275	15,3	2.396.249	268	13,8	-0,12%
Entre 20 e 50 Mil	3.364.656	111	21,2	3.339.229	111	19,2	-0,07%
Entre 50 e 100 Mil	2.919.449	43	18,4	3.006.829	45	17,3	0,27%
Entre 100 e 250 Mil	1.742.916	12	11,0	1.916.989	15	11,0	0,87%
Entre 250 a 500 Mil	2.213.642	6	14,0	3.329.390	9	19,2	3,78%
Entre 500 e 2.000 Mil	3.195.413	2	20,1	3.367.092	2	19,4	0,48%
Total Amazônia	15.864.454	449	100,0	17.355.778	450	100,0	0,82%

Fonte: IBGE (2010, 2022). Elaboração própria.

Os diferentes padrões econômicos amazônicos

Três grandes vetores nos conduzem na construção metodológica para se analisar a Região Amazônica: (1) a presença de diferentes tipos de capital empresarial; (2) as características da rede urbana citadina; (3) os modos operandi e a intervenção do Estado nacional. O que caracteriza o discurso de senso comum a Região Amazônia é historicamente a presença da floresta, porém o que se observa desde a expansão da acumulação capitalista na região é um recorte complexo de relações sociais, produtivas e ambientais.

Temos, assim, seis grandes arranjos econômicos e sociais que constroem o mosaico amazônico: Padrão extrativo mineral

exportador, padrão maquilador de Manaus e seu entorno, padrão de centros comerciais e administrativos regionais, padrão de agronegócio exportador, padrão de produção energética integrada, padrão do *hinterland* amazônico.

A análise interna de cada padrão, com sua influência territorial abrangente (Unidades Federativas) se dará com base em três elementos centrais: (i) o consumo e produção de eletricidade e combustíveis; (ii) a geração de empregos e renda e a qualidade dos mesmos; (iii) os indicadores sociais tomando como base o IDH.

A construção metodológica do Quadro abaixo e sua análise para tratamento dos padrões econômicos são assentados na análise do PIB dos trinta maiores municípios regionais e dos fatores de consumo e produção de energia elétrica e combustível.

Características de Diferentes Padrões Econômicos na Amazônia (Região Norte)

a terra é redonda

Modelo Econômico Regional	% do PIB Regional (1)	Principais Estados	Principais Municípios	Base Energética atual	Base Energética mais adequada (2)	Consumo Per capita Eletricidade (3)	Bases Empregatícias	IDH
1) PEME	20,26%	PA	Marabá, Parauapebas, Canaã, Barcarena, Curionópolis, Itaituba	Baixa geração e elevado consumo de hidreletricidade e termoeletricidade	Trabalhar na eficiência energética e UFV's.	Elevado Consumo (+ de 2 KWh/hab)	Geração de emprego formal, porém em pequeno número.	Médio
2) PMM	18,31%	AM	Manaus e entorno	Baixa geração e médio consumo de hidreletricidade e termoeletricidade	Combinar Hidro e Solar.	Médio Consumo (+ de 1 KWh/hab)	Formal/Informal	Médio
3) PCCR	21,96%	Todos estados.	Belém, Porto Velho, Macapá, Boa Vista, Palmas, Ananindeua, Santarém, Castanhal, Marituba	Baixa geração e médio consumo de hidreletricidade e termoeletricidade	Subsidiar geração distribuída e UFV's.	Elevado Consumo (+ ou - de 2 KWh/hab)	Informalidade	Médio
4) PAE	4,57%	PA, RO, TO	Araguaína, Paragominas, Vilhena, Porto Nacional, Ariquemes, Gurupi, Redenção	Baixa geração e baixo consumo de hidreletricidade e termoeletricidade	Trabalhar na eficiência energética e UFV's.	Elevado Consumo (+ de 4 KWh/hab)	Formalidade baseada no setor exportador e informalidade urbana.	Médio
5) PPEI	4.14%	PA, RO	Tucuruí, Ji-Paraná, Vitória do Xingu, Coari, Altamira, Cacoal	Elevada geração e baixo consumo	Complementar com UFV's e aumentar potencial da fornecido.	Elevado Consumo (+ de 4 KWh/hab)	Formalidade baseada no setor produtor de energia e informalidade urbana.	Médio
6) PHA	30,75%	Todos estados.	Cidades Médias	Consumo médio	Subsidiar geração distribuída e UFV's.	Elevado Consumo (+ ou - de 2 KWh/hab)	Informalidade e formas de ocupação diversas.	Médio-Baixo

Padrão Extrativo Mineral Exportador.

Esse padrão é o centro atual da economia paraense, sendo que se desenvolve em torno do eixo de exploração mineral (ferro, bauxita, manganês, ouro, cobre, estanho), tendo a maior participação do PIB estadual e muito expressivo no PIB regional (ver Quadro 1). O controle desta base econômica se dá através de grandes empresas nacionais e transnacionais, sendo central a Companhia Vale, antiga CVRD.

Aqui vale quatro observações importantes: (i) primeiramente, a indústria extractiva gera poucos empregos, o que acaba não externalizando ganhos econômicos para além das localizações mais próximas, o que denominamos de “efeito enclave”; (ii) segundo, as características tributárias brasileiras, baseada na desoneração tributária para exportação acaba agravando as

a terra é redonda

contradições, sendo que o setor mineral constitui o maior exportador brasileiro, junto com o agronegócio, mas contribui muito pouco com o esforço fiscal e o financiamento de políticas públicas, como podem ser denotados nos dados das Contas Nacionais, assim, por exemplo, o município de Belém representa 27,8% do total de impostos gerados no estado do Pará, enquanto Parauapebas, principal município produtor de minério de ferro, representa somente 6,1%.

(iii) Terceiro, o setor extractivo mineral constitui um grande importador de máquinas que são produzidas fora da região, inclusive os serviços de manutenção acabam sendo importados, em função dos tipos de contratos firmados; (iv) quarto, é um padrão energético intensivo, requerendo parcela importante da energia elétrica consumida na região.

Padrão Maquilador de Manaus e seu entorno

O modelo econômico baseado na Zona Franca de Manaus (ZFM) tem como origem projeto interventor e de planejamento nacional brasileiro que remonta ao final dos anos 1950 e que se consolida com o estabelecimento da Zona franca de Manaus em 1967, que inicia como uma área de livre comércio de importação, tendo um modelo baseado em um polo industrial, de comércio e agropecuário.

A consolidação do PIM será um aspecto importante para o desenvolvimento regional e, também, para o formato de expansão do capitalismo na região, inclusive com impactos ambientais diferenciados conforme o modelo implantado.

O PIM responde por 18,3% do PIB regional, tendo algumas características marcantes: (i) baseia-se em elevado subsídio fiscal, com estímulo a implantação de segmentos de produtos linha branca para atenderem o mercado nacional; (ii) importante fator gerador de ocupações formais na região; (iii) constitui fator minimizador do desmatamento na região amazônica; (iv) apresenta baixa nacionalização de insumos industriais complementares aos processos produtivos estabelecidos; (v) apresenta ainda dependência de bases energéticas de combustíveis fósseis.

Padrão de centros comerciais e administrativos regionais

Os centros comerciais e administrativos amazônicos foram a base territorial regional durante a maior parte do século XX, algo que autores como Lamarão (ver data) denominaram de “padrão dentrítico regional”, cuja essência refere-se ao grau de polarização econômica comercial das capitais e maiores núcleos demográficos, na medida em que as condições de acesso eram em grande medida definidos pela trafegabilidade dos rios amazônicos.

Esse padrão foi rompido com as modificações ocorridas nos últimos sessenta anos, quando se impõe uma lógica de expansão capitalista nacional. O peso econômico dos referidos centros diminuiu bastante, porém ainda mantém o principal estímulo econômico da densidade demográfica e da infraestrutura social, além da importância administrativa.

Padrão de agronegócio exportador

Resultante da expansão do agronegócio a produção agrícola na Amazônia Legal cada vez mais é ocupada pela produção de *commodities*, como a soja, cana-de-açúcar, milho e o dendê, em detrimento de outras culturas de maior importância para a alimentação dos habitantes locais e abastecimento do mercado interno, como o arroz, a mandioca e o feijão.

Analizando dados da Pesquisa Agrícola Municipal de 1990 até 2020, [iii] é possível observar o aumento tanto absoluto como relativo da ocupação de terras para a produção de *commodities* direcionadas ao mercado externo. Esse aumento de participação relativa deve-se à inserção externa do Brasil, como fornecedor de *commodities* agrícolas para o restante do mundo, com grande presença de corporações transnacionais.

Vale observar que no caso da produção de biodiesel, especificamente soja, etanol e óleo de palma temos neste padrão, o fator energético como um condicionante a mais para sua manutenção e expansão.

a terra é redonda

Padrão de produção energética integrada

A determinação de um padrão energético baseado em hidroeletricidade teve grande importância na definição da Amazônia como uma fronteira de expansão econômica. A construção de um conjunto de barragens e usinas que aproveitam o potencial hídrico da gigantesca bacia hidrográfica amazônica estabeleceu um conjunto de municípios que são parte do processo de desenvolvimento brasileiro da sua matriz energética.

Falar de um Padrão de Produção Energética relaciona-se a três pontos de análise centrais para este estudo: (i) a relação entre a dependência econômica local e o fornecimento do insumo eletricidade para o SIN (sistema Integrado Nacional); (ii) o grau de influência dos grandes empreendimentos energéticos (hídricos ou termelétricos) sobre os territórios e a formação de grandes núcleos urbanos no seu entorno (Tucuruí, Altamira, Cacoal, Ji Paraná e outros) e os impactos sociais e ambientais que ocasionam; (iii) a definição de políticas locais e nacionais de melhoria das condições de vida das populações impactadas por projetos na escala que foram desenvolvidos no Brasil.

Padrão do *hinterland* amazônico

A existência de um amplo conjunto de municipalidades que concentram a maior parcela da população e do PIB regional, como pode ser visto no Quadro 1 e na Tabela 2, representando mais de 30% do PIB regional e mais de 40% da população. As características econômicas são vinculadas a produção agrária, pesqueira e extractiva de subsistência, administração pública e pequena produção industrial.

Este padrão é central para pensarmos políticas energéticas de produção distribuída e pequenas usinas fotovoltaicas, possibilitando resolver os problemas dos chamados sistemas isolados, em grande medida ainda presentes na Amazônia, como se verá na quinta seção deste trabalho. Também, vale notar que a Amazônia profunda constitui o centro das preocupações sociais e ambientais, sendo necessário aprofundar a análise deste segmento em estudos futuros.

Algumas Conclusões

Em período recente, a região vem a cada ano ganhando destaque por conta da extração mineral e da produção de soja. Esse quadro de expansão produtiva é acompanhado de intenso processo de desmatamento. Tem-se, então, o crescimento de atividades minerárias e agrárias de um lado e, de outro, o aumento da devastação de recursos florestais.

Com o comportamento do setor exportador brasileiro em anos recentes, o país passa a ocupar um lugar na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) de grande produtor de commodities e/ou produtos primários - soja, carne e minério de ferro, principalmente. Tem-se, então, uma preocupação quanto ao diferencial de crescimento do setor industrial, com elaboração de produtos com maior valor agregado, em relação ao setor exportador de produtos básicos.

Nesse contexto, a Amazônia passa a ter relevância no cenário nacional como região exportadora de produtos primários, com destaque a produtos da extração mineral (minério de ferro, principalmente), boi vivo e, na zona fronteiriça com o Centro-Oeste, especialmente Tocantins, Rondônia e o Pará, ganhando relevância a produção de soja e outros cereais, da mesma forma se avança na crescente urbanização da região, aspectos que devem e são centrais para se pensar mecanismos de proteção florestal e para decisões de políticas públicas a serem assentadas localmente, sendo necessário pensar a região não como um monolito homogêneo, e sim como um mosaico em crescente mudanças, sendo que os padrões acima delineados são somente parte da complexidade que envolve a "invenção da Amazônia".[\[iv\]](#)

***José Raimundo Trindade** é professor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da UPPA. Autor, entre outros livros, de Crítica da economia política da dívida pública e do sistema de crédito capitalista: uma abordagem marxista (Editora CRV).

Referências

MENDES, Armando Dias. A Invenção da Amazônia. Belém: editora do NAEA, 2009.

TRINDADE, J. R. B.; FERRAZ, L. P. Acumulação por espoliação eatividade agropecuária na Amazônia brasileira. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, n°. 67 (setembro 2023 – dezembro 2023), 43-77.

TRINDADE, J. R. B. & PAIXÃO, P. Renda fundiária e grande plantação capitalista do dendê na Amazônia brasileira. *Economia Ensaios* (vol. 38, n. 2). Uberlândia, 2023.

TRINDADE, J. R. B (Org.). Seis décadas de intervenção estatal na Amazônia. Belém: Editora Paka-Tatu, 2014.

Notas

[i] Para um acompanhamento detido da história econômica da Amazônia e a intervenção estatal conferir Trindade (2014).

[ii] Para que se diferencie da chamada Amazônia Legal que inclui o estado do Mato Grosso e parcela do estado do Maranhão.

[iii] Conferir TRINDADE e FERRAZ, 2023 e TRINDADE e PAIXÃO, 2023.

[iv] Este artigo é uma versão parcial análise mais ampla apresentada pelo autor no âmbito do estudo publicado pela Central Única dos Trabalhadores e financiado pelo INEEP (Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás natural e Biocombustíveis), podendo ser acessado em:
<https://transicaojusta.cut.org.br/cut-divulga-estudo-sobre-trabalho-e-transicao-energetica-no-norte-e-nordeste/>

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[CONTRIBUA](#)